

UBUNTU COMO FUNDAMENTO

Alexandre do Nascimento¹

Ubuntu, palavra existente nos idiomas sul africanos zulu e xhosa que significa “humanidade para todos”, é a denominação de uma espécie de “Filosofia do Nós”², de uma ética coletiva cujo sentido é a conexão de pessoas com a vida, a natureza, o divino e as outras pessoas em formas comunitárias. A preocupação com o outro, a solidariedade, a partilha e a vida em comunidade são princípios fundamentais da ética Ubuntu. Bas’Ilele Malomalo (2014), nos dá uma explicação:

Do ponto de vista filosófico e antropológico, o ubuntu retrata a cosmovisão do mundo negro-africano. É o elemento central da filosofia africana, que concebe o mundo como uma teia de relações entre o divino (Oludumaré/Nzambi/Deus, Ancestrais/Orixás), a comunidade (mundo dos seres humanos) e a natureza (composta de seres animados e inanimados). Esse pensamento é vivenciado por todos os povos da África negra tradicional e é traduzido em todas as suas línguas... Como elemento da tradição africana, o ubuntu é reinterpretado ao longo da história política e cultural pelos africanos e suas diásporas. Nos anos que vão de 1910-1960, ele aparece em termos do panafricanismo e da negritude. São esses dois movimentos filosóficos que ajudaram a África a lutar contra o colonialismo e a obter suas independências. Após as independências, estará presente na práxis filosófica do Ujama de Julius Nyerere, na Tanzânia; na filosofia da *bisoitéou* bisoidade (palavra que vem da língua lingala, e traduzida significa “nós”) de Tshiamalenga Ntumba; nas práticas políticas que apontam para as reconciliações nacionais nos anos de 1990 na África do Sul e outros países africanos em processo da democratização. A tradução da ideia filosófica que veicula depende de um contexto cultural a outro, e do contexto da filosofia política de cada agente. Na República Democrática do Congo, aprendi que ubuntu pode ser traduzido nestes termos: “Eu só existo porque nós existimos”. E é a partir dessa tradução que busco estabelecer minhas reflexões filosóficas sobre a existência. Muitos outros intelectuais africanos vêm se servindo da mesma noção para falar da “liderança coletiva” na gestão da política e da vida social.

¹ Professor da FAETEC-RJ e integrante do Grupo de Pesquisa e Extensão ONDJANGO - de Estudos Afro-Brasileiros (www.ondjango.net). Contato: www.sentimentanimalidades.net.

² A filosofia baseada na categoria do “nós”, concepção de si mesmo como membro integrante de um todo social, para se referir às tradições africanas, foi desenvolvida pelo filósofo Tshiamalenga Ntumba.

Segundo Desmond Tutu³, Prêmio Nobel da Paz e Arcebispo Sul Africano, “Ubuntu é a essência de ser uma pessoa”, “significa que somos pessoas através de outras pessoas”, “que não podemos ser plenamente humanos sozinhos”, “que somos feitos para a interdependência”. Praticar Ubuntu “é estar aberto e disponível aos outros” e “ter consciência de que faz parte de algo maior e que é tão diminuída quanto seus semelhantes que são diminuídos ou humilhados, torturados ou oprimidos” (idem). A pessoa ou instituição que pratica Ubuntu reconhece que existe por que outras pessoas existem. Reconhece, portanto, que existem formas singulares de expressão de humanidade, e que as singularidades, como tais, têm igual valor.

Antonio Negri⁴ denomina de Comum a forma democrática que pode assumir a multidão, que é, segundo ele, a denominação de uma multiplicidade de singularidades. O Comum é Ubuntu, uma relação social de interdependência, que tem a igualdade como princípio material. No conceito de Comum, como na filosofia Ubuntu, a igualdade é condição. Portanto, não há constituição do Comum sem aberturas às singularidades, reconhecimento material de sua importância e potencialização de suas capacidades criativas. Uma política de constituição do Comum é a afirmação da ética Ubuntu, através da afirmação da igualdade contra o privilégio, da multiplicidade contra a uniformidade, do respeito contra o preconceito, da inclusão contra a exclusão e da criação de meios que assegurem “humanidade” para os muitos de uma coletividade e, objetivamente, acesso aos direitos definidos como “humanos”.

Penso que o desafio das lutas por dignidade (e entre elas destaco a luta contra o racismo) é muito grande, e demanda intervenções em todos os espaços que atuamos: ruas, família, escolas, religiões, mídia, internet, empresas, instituições estatais, partidos políticos, movimentos sociais e outros espaços específicos, que são espaços em que se produzem, se disseminam e se repetem valores, medos, preconceitos, discriminações, explorações, desigualdades, tentativas de disciplinarização e controle das singularidades.

Porém, a luta nesses espaços específicos precisa ser uma ação político-cultural para transformá-los em espaços comuns, ou seja, espaços em que as singularidades, como tais, possam se expressar e se relacionar respeitosamente, num constante processo de produção de bem estar, espaços em que todas e todos sejam expressões pensantes e agentes, espaços de produções coletivas.

³ <http://www.beliefnet.com/Inspiration/2004/04/Desmond-Tutus-Recipe-For-Peace.aspx?p=2>

⁴ Conferência Inaugural do II Seminário Internacional Capitalismo Cognitivo – Economia do Conhecimento e a Constituição do Comum. 24 e 25 de outubro de 2005, Rio de Janeiro. Organizado pela Rede Universidade Nômada e pela Rede de Informações para o Terceiro Setor (RITS).

No enfrentamento desse desafio não vislumbro outro caminho senão o da radicalização da insurgência antropofágica e criativa contra as muralhas do poder constituído. Não sabemos previamente que instituições criar, mas podemos dizer que precisamos devorar as atuais e produzir o novo sem as atuais “elites vegetais” e “catequeses” (Andrade, 1990), pois o que nos interessa tornar comum o resultado da nossa produção, aquilo que nas relações que vivemos a elite parasitária se apropria e diz não ser direito nosso. Nos interessa ocupar e produzir em comum para o comum, nos apropriarmos da produção que nos é expropriada pelas dinâmicas da exploração.

Portanto, fortemente influenciado pela crença na educação como prática de liberdade (Paulo Freire, 1997), penso que parte importante da ação política é a disseminação, nas ruas, nas redes, nas escolas e nos lugares comuns, de leituras críticas, reflexões, ideias, ações culturais e expressões afetuosas baseadas em valores diferentes daqueles que hoje parecem prevalecer entre nós, que ajudem a motivar/constituir experiências de produção de subjetividades, jeitos de ser, culturas e formas de vida em comum. Não falo aqui de “conscientização”, ou seja, da "elevação do nível de consciência das massas". Porém, do meu ponto de vista, há nesta luta pelo comum um trabalho pedagógico a ser feito em conjunto, na relação que os encontros e as atuais possibilidades de comunicação e cooperação proporcionam. Penso que a perspectiva das escrevivências (Evaristo, 2007) dos corpos indignados com a exploração, a violação de dignidade, o racismo, a discriminação, deve ser, além do vandalismo antropófago que se afirma nas ruas, a produção de experiências do comum de amor que queremos viver e fazer prevalecer. E se aceitamos que "as lutas determinam de fato o ser, o constituem" (Negri, 2003a), penso ser importante que esse vandalismo seja mais que resistência em ato de protesto, mas também exercício criativo de re-existência em comum a partir de outras perspectivas.

A Ética Ubuntu oferece uma perspectiva interessante e, do nosso ponto de vista, adequada para uma definição desse *constituir-se coletivamente*. Neste sentido, me parece importante, pelo ativismo político que se propõe a organizar a luta por e o trabalho na democracia, desde os pontos de vista dos que vivem apenas das suas atividades e nelas querem ser reconhecidos, a aposta e o investimento num devir Ubuntu dos espaços (a serem) tornados comuns.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Oswald. A utopia antropofágica. São Paulo: Globo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

EVARISTO, Conceição. “Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita”. In Marcos Antônio Alexandre (org.). *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza, 2007.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MALOMALO, Bas'ilele. Filosofia do Ubuntu: Valores civilizatórios das ações afirmativas para o desenvolvimento. Curitiba: CRV, 2014.

NASCIMENTO, Alexandre. Por uma Escola Plural. Revista Lugar Comum No. 39. Rio de Janeiro: Epapers, 2013.

NEGRI, Antonio. Cinco lições sobre Império. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEGRI, Antonio. Kairós, Alma Venus, Multidão: nove lições ensinadas a mim mesmo. Rio de Janeiro: DP&A, 2003a.

NEGRI, Antonio e HARDT, Michael. Império. Rio de Janeiro: Record, 2001.